

VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE: RELATO DE INTERVENÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR

Lívia Maria Santos Chaves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Odilza Lines de Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Cristiano Santos da Cruz

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Grazielle Meira Freire

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Nathália Cristina Terêncio Costa de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: O presente trabalho objetiva partilhar uma intervenção proposta no componente curricular Psicologia e Vulnerabilidade Social, do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O objetivo da atuação foi a compreensão da violência escolar como processo de vulnerabilidade que impacta o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças em uma escola da rede municipal de ensino do município de Vitória da Conquista - Bahia. Desta forma, desenvolvemos uma atividade de observação, análise, contato e proposta de intervenção frente aos processos de violência no contexto escolar. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caráter qualitativo, sendo utilizadas técnicas de observações, entrevistas e questionários. Dispomos de seis encontros para tal, tratando desde coleta, até análise e devolutiva de informações e propostas construídas em conjunto com os atores da escola. Ao final do processo verificamos a grande receptividade pela maior parte dos envolvidos e a presença explícita e implícita de violência (violência na escola, à escola, da escola - física, econômica e simbólica). A partir de tais conclusões foram construídas algumas sugestões, vindas dos atores da escola e nossas, visando possibilidades de atuação. Logo, compreendemos que é na escuta do ambiente escolar como espaço de criação e transformação, em sua natureza complexa e difusa, que se torna possível a atuação de todos os atores sociais na invenção de saídas próprias para os impasses vivenciados no seu cotidiano.

Palavras-chave: Subjetivação. Violência escolar. Vulnerabilidade.

Introdução

O conceito de vulnerabilidade se refere a uma fragilidade (pessoal, ambiental, social), a uma maior possibilidade de danos. Diz respeito também ao acesso às informações, serviços, bens culturais, cidadania, saúde, educação, trabalho e exposição à violência por parte de um sujeito ou de um grupo. Sendo assim o resultado de certos arranjos sociais e políticos fazem com que a pessoa, a comunidade ou a sociedade esteja mais propensa a ser atingida por determinada condição, sendo esta uma “resposta” do indivíduo e/ou grupo ao risco (BISOL;

TAPIA, 2012) que, na ausência de fatores protetivos, levam a maior vulnerabilidade. A violência, focalizando aqui a violência escolar, pode se constituir como um desses arranjos e o próprio risco. O conceito de violência se refere à comportamentos agressivos e antissociais, conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc., que, neste caso, ocorrem no ambiente escolar, podendo estes serem derivados de fatores externos ou internos à instituição (LOPES NETO, 2005). Nesse aspecto, entendemos que a violência impacta no desenvolvimento da subjetividade, aqui entendida como uma constante produção entre individual e social, especialmente fabricada no registro social, que irá realizar o registro desse universal de forma singular para o sujeito e assim constituí-lo (MANSANO, 2009).

A relação entre tais conceitos pode ser estabelecida quando se pensa no ambiente escolar como local social e de socialização, onde os processos de subjetivação de diversos indivíduos estão se dando e se inter-relacionando. Logo, podendo ser (e são) influenciados pelo ambiente e tudo a sua volta. Neste contexto o acometimento de violências pode atingir o indivíduo de tal forma que produz marcas em sua produção subjetiva, modificando completamente o modo como este sujeito construirá seu psiquismo, e a partir disso suas ações, pensamentos, comportamentos, seu modo de ver e viver no mundo social. Além disso, essa violência expõe o indivíduo a uma condição de vulnerabilidade, pois ele se encontra a mercê de situações e experiências que podem fragilizá-lo e dessa forma afetar o processo de constituição de sua subjetividade, seu “eu”.

Visando, pois, o objetivo geral de compreensão da violência escolar como processo de vulnerabilidade e risco que atravessa os processos de subjetivação, desenvolvemos a presente intervenção a partir do componente curricular Psicologia e Vulnerabilidade Social do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, no período de março a maio de 2018 através de atividades de observação, entrevistas, análise e construção de proposta de intervenção. Propondo-nos a realizar uma atuação em conjunto aos atores da escola (direção, coordenação, funcionários, professores, alunos e pais/responsáveis) no levantamento das demandas e possibilidades de intervenção frente às situações de violência ali encontradas.

Especificamente, objetivamos identificar a presença de situações e processos de violência no contexto escolar da referida escola, assim como seus tipos; caracterizar a escola e sua dinâmica; sondar a presença de programas voltados a temática; assim como a construção conjunta de um programa de prevenção à violência na escola.

A atividade foi desenvolvida numa área urbana periférica da cidade, acometida de altos índices de violência. A escola estudada compreende as etapas de ensino: Educação Infantil; Ensino Fundamental; e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Supletivo. Englobando dois módulos construídos (um de extensão), os quais atendem a 1422 alunos ao todo, nos turnos matutino, vespertino e noturno (EJA), distribuídos em 14 turmas (do 6º ao 9º ano) e oito turmas da extensão, segundo a atual diretora. O espaço escolar conta com sanitários, cozinha, laboratório de informática, sala de leitura, sala para atendimento especial, além das salas de aula, sala de diretoria, sala de professores e um pátio central.

Metodologia

Os atores envolvidos na realização da atividade foram alguns dos representantes da comunidade escolar: diretora, coordenadora, alunos (as), cozinheiras, bibliotecárias, segurança de patrimônio, professores e os pais/responsáveis de alunos.

Foram disponibilizados seis encontros para realização da atividade prática que foram divididos entre visitas na escola, contato com seus atores e organização da atividade que estava sendo realizada. Seguindo a sequência: contato inicial com a direção; visita à escola para contato com coordenação, funcionários e observação; contato com alunos, pais/responsáveis e observações; visita à escola para contato com alunos, professores e observações; dois encontros para organização da prática; e, por fim, visita à escola para devolutiva da proposta executada.

As técnicas utilizadas para a coleta das informações foram: observações, entrevistas semiestruturadas e de livre estruturação, e questionários. As observações foram realizadas com o intuito de se analisar as condições do patrimônio escolar e os comportamentos dos alunos no momento do recreio. Objetivando explorar mais as questões relativas à dinâmica escolar e, especialmente, sobre o projeto de prevenção a violência, utilizamos de entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos e entrevistas livres com representantes dos alunos. Foram aplicados questionários semiabertos aos responsáveis dos alunos (Figura 1), devido à inacessibilidade de contato com os mesmos, assim como aos professores (Figura 2), pois não tinham disponibilidade de tempo.

Figura 1. Modelo de questionário direcionado aos pais e/ou responsáveis.

Olá, somos estudantes do 5º semestre do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Bahia – UESB. Esse semestre estamos realizando uma prática com foco no tema violência nas escolas. Gostaríamos da sua participação, pois queremos ouvir, de alguma forma, todos os que fazem parte de alguma maneira desse espaço escolar.

*Qual é a sua relação com a criança que estuda nessa escola? (pai, mãe, tio (a), avô (ó), irmão (ã), etc.)

*Você já soube de alguma situação de violência na escola, inclusive que envolvesse a criança?

*Se sim, quem estava envolvido:
() direção/coordenação
() professores
() funcionários do pátio/cozinha
() alunos
() pais/responsáveis

*Qual o tipo de violência ocorrida?
() Física (agressões, brigas, empurrões, tapas, etc.)
() Psicológica (humilhações, preconceitos, xingamentos, desrespeito, etc.)
() Sexual (toque, beijo ou outros atos forçados)
() Negligência (falta de atendimento, falta de atenção para alguma situação, entre outros)
() Contra o patrimônio (quebra de algo da escola, lixo no ambiente, riscos nas paredes, etc.)

*O que você acha que pode ser feito para prevenção da violência na escola?

Muito obrigada pela colaboração!

FONTE: Arquivo pessoal.

Figura 2. Modelo de questionário direcionado aos professores.

Olá, somos estudantes do 5º semestre do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Bahia – UESB. Esse semestre estamos realizando uma prática com foco no tema violência nas escolas. Gostaríamos da sua participação, pois queremos ouvir, de alguma forma, todos os que fazem parte de alguma maneira desse espaço escolar.

*Você já soube de alguma situação de violência nesta escola?

*Se sim, quem estava envolvido:
() direção/coordenação () professores
() funcionários do pátio/cozinha () alunos () pais/responsáveis

*Qual o tipo de violência ocorrida?
() Física (agressões, brigas, empurrões, tapas, etc.)
() Psicológica (humilhações, preconceitos, xingamentos, desrespeito, etc.)
() Sexual (toque, beijo ou outros atos forçados)
() Negligência (falta de atendimento, falta de atenção para alguma situação, entre outros)
() Contra o patrimônio (quebra de algo da escola, lixo no ambiente, riscos nas paredes, etc.)

*Em sua opinião, o que tem sido feito e/ou que pode ser feito para prevenção da violência nesta escola?

*Deseja fazer mais algum comentário?

Muito obrigada pela colaboração!

FONTE: Arquivo pessoal.

Após a coleta das informações serem feitas, articulou-se os dados colhidos e foram identificadas as demandas da escola em relação à violência, sendo desenvolvidas, juntamente

com os alunos e demais atores, as propostas de intervenção com o intuito de prevenção à violência.

Marco teórico

Segundo Sposito (apud ANTUNES; ZUIN, 2008), a violência escolar começa a se tornar objeto de interesse de pesquisas brasileiras a partir da análise das depredações e danos em prédios escolares, sendo que, ao final da década de 90 e início dos anos 2000, as relações interpessoais agressivas, envolvendo alunos, professores e outros agentes da comunidade escolar, propulsionaram um quadro mais amplo de pesquisas na área.

Para que haja uma construção efetiva de propostas e projetos de prevenção à violência no ambiente escolar, há que se trabalhar num diagnóstico que abarque as variadas formas de violência e as características contextualizadas daquela realidade. Para tanto, esse diagnóstico deve incluir as percepções de todos os membros da comunidade escolar sobre a violência, já que ele se propõe a instrumentalizar as práticas cotidianas desses indivíduos (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006). Assim, ao desejar implementar esse tipo de projeto de prevenção, é necessária uma reflexão sobre os valores que o embasam e sobre nossas próprias posições. Pois, muitas vezes, principalmente em escolas localizadas em distritos periféricos, o estigma da “delinquência” é atribuído aos alunos. E, a própria escola, adotando práticas pouco democráticas, acaba por induzir discriminações que sustentam as manifestações de violência.

O termo “violência escolar” se refere tanto aos comportamentos agressivos e antissociais, e também conflitos interpessoais, quanto aos danos ao patrimônio, atos criminosos, etc. Muitas vezes esses comportamentos são provenientes de fatores externos que fogem à competência das entidades de ensino e de seus colaboradores (LOPES NETO, 2005).

Nota-se, uma dificuldade em definir violência escolar. Conforme Bourdieu e Passeron (apud STIVAL; FORTUNATO, 2008), existe uma violência inerente à própria educação, pois toda ação pedagógica se constituiria como uma forma de violência simbólica que impõe um modelo de socialização reprodutor das relações de poder na sociedade: a exclusão é imputada à falta de habilidades e capacidades, ao mau desempenho e outros. Essa violência simbólica permite, então, que a escola não exerça necessariamente a violência física, mas a violência através da doutrinação e dominação, que força as pessoas a adaptarem sua conduta de forma a legitimar a ordem vigente, o *status quo* que privilegia determinadas classes em detrimento de outras. Portanto, a violência se expressa também como um componente da própria estrutura institucional escolar, e não apenas como fenômeno que ocorre nesta.

A escola brasileira se situa em um contexto difícil no que se refere aos ideais democráticos, pois a Democracia, como sistema político vigente no Brasil, ainda começa a se estruturar enquanto forma. Para que a escola consiga romper com a estrutura autoritária que a cerca, é preciso uma discussão ampla e coletiva sobre a definição do comportamento agressivo, como se desenvolve e quais as suas consequências, construindo assim a possibilidade desta escola se apresentar aos alunos como um espaço inovador onde prevaleçam relações solidárias, justas e democráticas (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006).

A indicação de que a instituição escolar não é, de forma alguma, neutra, é ressaltada por Bourdieu (apud STIVAL; FORTUNATO, 2008), sendo desigual à medida em que a bagagem cultural anterior à escola também é desigual para cada aluno (em virtude de uma sociedade capitalista sustentada pelas desigualdades). Assim, a tensão cotidiana e os processos de violência são a manifestação visível dos efeitos das contradições que atravessam a instituição escolar. Diante do conflito social de códigos de orientação de conduta produzido por essas desigualdades, a violência pode ser usada como um recurso para a obtenção de ganho material ou simbólico e de resolução de conflitos em disputas interpessoais (SANTOS apud RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006).

Numa perspectiva histórica e social, como demonstrado por Andrada (2002), percebe-se a necessidade de focar contextos sociais específicos durante a investigação dos processos de constituição de cada sujeito, ou seja, observar as interações com outros sujeitos nos contextos onde estão inseridos, e nos quais ocorre a mediação dos conflitos resultantes da contradição inerente ao mundo social. A compreensão do fenômeno de violência no espaço escolar deve, portanto, partir de uma análise social, das formas de organização e das forças objetivas da sociedade, e de como essas forças se solidificam ao longo do desenvolvimento dos sujeitos (ANTUNES; ZUIN, 2008). Percebendo que as ocorrências sutis ou declaradas de intimidação, preconceitos e desrespeitos são recorrentes nesse espaço, nossa atenção se volta para a própria dinâmica escolar, enquanto participante da sociedade que a estrutura (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006).

Farrington (2002) aponta fatores de risco de longo prazo na violência juvenil, que podem se desenrolar no ambiente escolar. São estes: fatores psicológicos (forte impulsividade e baixa inteligência), familiares (pouca supervisão, disciplina severa, maus-tratos físicos, um pai violento, família numerosa, família desfeita, etc.), colegas delinquentes, condição socioeconômica precária, residir em centros urbanos e em bairros de alta criminalidade.

Portanto, se não há nenhum tipo de controle sobre o comportamento agressivo no espaço escolar, todos os envolvidos são afetados, pois a insegurança e insatisfação se tornam frequentes e as práticas de discriminação são naturalizadas como um comportamento aceitável (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006). Sendo assim, torna-se imprescindível pensar a intervenção sobre a problemática da violência como uma prática de promoção de saúde que, segundo Aguiar, Bock e Ozella (2007, p. 172) “significa, portanto, trabalhar para ampliar a consciência que o indivíduo possui sobre a realidade que o cerca, instrumentando-o para agir, no sentido de transformar e resolver as dificuldades que essa realidade lhe apresenta”.

Resultados

A prática na instituição teve como ponto facilitador a receptividade por parte dos alunos e funcionários em geral, contando com a percepção desses membros da comunidade escolar como destacado com Ruotti, Alves e Cubas (2006). A direção mostrou-se disponível e solicita para a nossa atuação, assim como a coordenação, com a qual tivemos mais contato. Os demais funcionários também se mostraram dispostos a nos contar sobre as suas vivências naquele espaço e em nenhum momento dificultaram as nossas atividades. Em relação aos alunos, não estabelecemos contato direto com as salas, apenas com os representantes de cada uma. A recepção dos líderes foi bastante satisfatória, estando dispostos a falar sobre suas ideias, experiências e críticas. Esses tiveram papel fundamental na construção de propostas e sugestões para os impasses do ambiente escolar. Já no que se refere aos professores, encontramos dificuldades frente à disponibilidade de tempo e atenção dos mesmos.

Após a análise dos dados coletados, notamos que a violência na instituição se caracteriza por ser, em sua maioria de ordem simbólica, isto é, uma violência sem coação física, mas causadora de danos psicológicos e morais. Como exemplo disso, a maioria dos entrevistados relatou que a forma de agressão mais recorrente na escola se caracteriza por ser de ordem verbal, aparecendo em suas falas questões de racismo, *bullying*, homofobia, machismo, classes sociais e religião.

As respostas dos 21 questionários enviados aos pais ou responsáveis indicaram que 14 dos responsáveis já souberam de situações de violência na escola. Sendo que destes, 13 apontam os alunos como sendo os perpetradores de violência que varia entre violência física, violência psicológica e violência contra o patrimônio. Apenas um dos responsáveis apontou a direção/coordenação envolvida em uma situação de violência física, negligência e contra o

patrimônio. Já os questionários respondidos por apenas dois professores apontaram para situações de violência física e psicológica que envolviam alunos.

A violência contra o patrimônio também se fez perceptível tendo sido relatado tanto pelos funcionários, quanto pelos alunos. Quebras de carteiras, pichação das paredes e até destelhamento do banheiro foram citados e observados.

Outro ponto destacado foi a influência do bairro em que a escola se encontra e os bairros vizinhos. De acordo com as respostas das entrevistas, este entorno apresenta problemáticas como as drogas e o crime, intimamente relacionados, que impactam a vida dos alunos e conseqüentemente a realidade escolar (FARRINGTON, 2002; LOPES NETO, 2005), tendo sido relatados envolvimento de alunos com o tráfico e assassinato de alunos ou ex-alunos da escola.

Observou-se, ainda, que o espaço do pátio da escola é inadequado e favorece a ocorrência de conflitos e violência pois é muito pequeno para o uso de todos os alunos ingressos na escola, os quais estão sempre se esbarrando e não possuem opções de atividades de entretenimento nesse momento. Os alunos questionam a maneira como a direção lida com as situações de violência na escola. Segundo eles, há uma falta de discussões e projetos para amenizar a violência. Os casos seriam apenas “resolvidos” de maneira bastante pontual e individual. Dessa forma, a violência, muitas vezes, torna-se inerente a estrutura escolar (BOURDIEU; PASSERON apud STIVAL; FORTUNATO, 2008).

A partir de tais observações foram trazidas algumas sugestões, vindas dos atores da escola, especialmente dos alunos, conscientes e instrumentalizados do que poderia ser feito na instituição no intuito de trazer melhorias para a mesma (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2007).

Os alunos sugeriram a realização de projetos culturais no intervalo das aulas, tais como feiras de ciência e alguma ação que envolvesse educação ambiental. Também foi sugerido um projeto de leitura no qual os alunos receberiam livros para ler e discutir. Para isso, eles teriam um momento na sala de leitura destinado a essa atividade, que traria, entre outros benefícios, o de melhorar a interpretação de textos.

Para o momento do intervalo, eles também sugeriram a presença de atividades, como jogos de tabuleiro, música, brincadeiras antigas que envolvam o movimento corporal e o aproveitamento do espaço da quadra. Bem como competições esportivas, gincanas, a elaboração de uma rádio escolar, de um grêmio estudantil e um grupo em redes sociais, para interação conjunta. A necessidade da presença de um profissional psicólogo e de um espaço de escuta na escola também foi destacado pelos alunos.

A partir dessas demandas analisadas, outras sugestões foram construídas como a criação de um projeto que atue no sentido de conscientização da comunidade escolar sobre temas que precisam ser tratados na escola e que apareceram muito nas queixas (como desrespeito ao patrimônio, racismo, machismo, respeito mútuo, intolerância religiosa e outros), que podem ser tratados cotidianamente através de estratégias elaboradas pelos próprios alunos, aparecendo como assunto transversal nas disciplinas e tornando-se discussão presente no espaço escolar. Outra sugestão apresentada foi o desenvolvimento de brinquedos de sucata que resgatem brincadeiras antigas, como foi solicitado pelos alunos. O uso da arte como linguagem, por meio da elaboração de oficinas culturais extracurriculares, como a dança, o teatro e a música, também foi bem recepcionado pelos alunos, pois além de promover interação entre eles também seriam uma maneira de incentivar suas habilidades e de fazer com que eles se apropriassem do espaço escolar de forma mais prazerosa, modificando a relação ensino-aprendizagem e o cuidado com o ambiente, possibilitando construções coletivas de prevenção à violência escolar (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2007; RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006;).

A dificuldade que os alunos relataram sobre o diálogo com a direção da escola é um aspecto importante a ser trabalhado, posto que foi observada a necessidade de maior aproximação entre os atores da escola, a fim de que todos possam ter voz para contribuição (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006). Foram, então, sugerido reuniões e encontros entre representantes de estudantes e da coordenação, na tentativa de uma discussão coletiva.

A partir desses dados, retornamos à escola para fazer a devolutiva, A reunião envolveu a diretora, a coordenadora dos anos finais e os líderes das turmas. Nesta, apresentamos um “Projeto de Prevenção à Violência na Escola” sistematizado por nós, discentes de Psicologia, no qual consta o período de realização da prática, a justificava, metodologia, resultados, sugestões e observações finais.

Ao longo da reunião percebemos que a coordenadora e a diretora se mostravam atentas e interessadas nas propostas, apesar de alegarem que a maioria já havia sido pensada e algumas até colocadas em prática, como a gincana, a rádio escolar e as competições esportivas. Ainda assim, a possibilidade de tentarem trazer essas sugestões novamente para a realidade da escola foi considerada. Os alunos puderam expressar sobre as suas ideias as quais foram recepcionadas pela direção e coordenação, tendo sido combinadas reuniões conjuntas futuras.

O escasso número de funcionários foi apontada pela direção como uma dificuldade na execução de ações como as atividades no intervalo, por exemplo. Devido à violência ao patrimônio, nesses momentos salas são trancadas e retira-se papel higiênico dos banheiros para evitar maiores danos.

Nesse último encontro, notamos que o ponto principal foi o movimento de aproximação entre os alunos e a direção, algo que eles alegavam ser difícil. Tanto a coordenadora quanto a diretora, agradeceram e elogiaram o trabalho, pois segundo elas, mesmo que haja ideais e propostas, a falta de sistematização e organização é um empecilho, tendo sido a nossa atuação um facilitador na instrumentalização nesse aspecto.

Considerações finais

A escola pode ser vista como produto social, isto é, como aquela que reproduz as contradições, os conflitos de interesse, as relações de poder e as diversas formas de violência presentes em nossa sociedade. Sobre isso Foucault (apud BISPO; LIMA, 2014) entende os métodos que permitem o controle minucioso das operações e atividades do corpo no que ele chama de poder disciplinar. Nesse sentido, a escola pode ser vista como uma instituição que, muitas vezes, acaba por utilizar o poder disciplinar para o controle social, que também produz comportamentos de transgressão às normas. Bourdieu (apud TIRADENTES, 2016) completa ainda sobre a escola e seu papel na legitimação da violência simbólica, tão manifesta na escola estudada.

Os sujeitos que ali se encontram estão vulneráveis socialmente pela localização geográfica e social do contexto em que vivem bem como pelas condições de falta de acesso adequado à diversos fatores, mobilidade, educação, infraestrutura, entre outros. Estão, assim, expostos a vários tipos de violência, entre os agentes do espaço escolar e também a violência social da comunidade. Fatores esses que, como exposto por Farrington (2002), acabam por permear esse espaço.

Como estes sujeitos estão vulneráveis à violência social que os permeia, seus processos de subjetivação foram assim marcados. Logo, a produção da violência dentro do espaço escolar (violência na escola, à escola, da escola, tanto física, econômica e simbólica) se constitui como reflexo dessa subjetivação marcada justamente pela violência, deixando-os mais vulneráveis ainda em outros aspectos e em outros modos de subjetivação (ANDRADA, 2002; ANTUNES; ZUIN, 2008; LOPES NETO, 2005).

Logo, é entendendo a relação entre disciplina e violência que se faz necessária à desconstrução dos dispositivos disciplinares de poder e de um processo educativo que não vise apenas à transmissão e assimilação de conteúdos formais, mas que inclua as peculiaridades e especificidades de cada aluno. É na crença de que a escola pode ser um espaço de criação e transformação social que, ao invés de medidas somente de natureza coercitiva para os contextos de violência encontrados nessa escola, o presente trabalho apostou em projetos educacionais que garantam a participação ativa de cada um.

Nesse contexto, outras sugestões que possam incidir de maneira positiva nas situações de violência no contexto escolar foram levantadas, especialmente dirigidas à atuação com os professores da instituição, como, por exemplo, a aproximação do professor da realidade social dos alunos por meio de atividades, momentos em sala de aula em que o conhecimento seja construído numa relação respeitosa e não autoritária (RUOTTI; ALVES; CUBAS, 2006), ampliando e melhorando, a interação e a comunicação na relação aluno-professor. Assim como, ofertar para os professores um espaço para fala e escuta, principalmente conversas temáticas em que possam dividir as experiências e desafios cotidianos da profissão, abrindo para a reflexão sobre os efeitos dos atos e palavras dos professores sobre os alunos que, muitas vezes, servem para legitimar e reforçar as situações de violência, discriminação e desigualdade (BOURDIEU; PASSERON apud STIVAL; FORTUNATO, 2008).

Portanto, é na compreensão do ambiente escolar em sua natureza complexa e difusa, e por isso gerador de conflitos, que se torna possível a atuação de todos os atores sociais na invenção de saídas próprias para os impasses vivenciados no cotidiano da escola. Assim, construindo uma nova forma de olhar a coletividade que considere no processo educacional as diversidades e variações culturais que cada sujeito está inserido, é que se pode construir uma educação emancipatória que não naturalize as diversas formas de violência.

Referências bibliográficas

AGUIAR, W. M. J.; BOCK A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. *In*: BOOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ANDRADA, E. G. C. Possíveis intervenções do Psicólogo Educacional: o grupo como espaço de mudanças educativas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 77-89, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2002000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2019.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do Bullying ao Preconceito: Os Desafios da Barbárie à Educação. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 33-42, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a04v20n1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BISOL, C. A.; TAPIA, A. M. A Psicologia e o conceito de risco: Estudos publicados entre 1999 e 2010. **PSICO**. Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 3, p. 309-316, jul./set. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/7824/8231>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BISPO, F. S.; LIMA, N. L. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 161-180, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/08.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FARRINGTON, D. P. Fatores de risco para violência juvenil. In: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (Orgs.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 25-57.

LOPES NETO, A. A. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 81, n. 5, p. 164-172, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 14 mar. 2019.

RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. O. **Violência na Escola**: Um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/violencia_escola.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

STIVAL, M. C. E. E.; FORTUNATO, S. A. O. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE edição internacional. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, out. 2008.

TIRADENTES, A. R. Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito – PUC Minas Serro**, Belo Horizonte, n. 12, p. 33-48, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/10903>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Lívia Maria Santos Chaves

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. Discente Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP-UESB). E-mail: liviamaria0915@gmail.com

Odilza Lines de Almeida

Pós-Doutorado, Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Prisões, Direitos Humanos e Violência; Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, UFBA. E-mail: odilzalines@uesb.edu.br

Cristiano Santos da Cruz

Graduando em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. E-mail: cristiano.santos12@hotmail.com

Grazielle Meira Freire

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. E-mail: graziellefreire1@gmail.com

Nathália Cristina Terêncio Costa de Souza

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil. E-mail: nathaliacristinaterencio@gmail.com